

O desenvolvimento do Brasil é incompatível com o liberalismo



Luiz Carlos Bresser-Pereira*

Há duas maneiras de ver hoje a economia brasileira. De acordo com a ortodoxia liberal, não fosse a pandemia do Covid-19, tudo estaria muito bem. A taxa de inflação está controlada, a taxa de juros baixou, a taxa de câmbio tornou-se competitiva. A visão alternativa, novo-desenvolvimentista, afirma que os dois últimos preços macroeconômicos só foram para o lugar devido à crise geral reinante. Não resolvemos nenhum dos graves problemas que inviabilizam desde 1990 o crescimento da economia brasileira; por isso, o Brasil continuará a ficar para trás

O regime de política econômica liberal instalou-se no Brasil em 1990, no governo Collor, com a abertura comercial e logo após, a abertura financeira. Como consequência dessa dupla abertura, o Brasil entrou, então, em uma armadilha dos juros altos e do câmbio apreciado, que é uma das duas principais causas da baixa taxa de investimento do país. A outra causa, de caráter populista, foi o Estado brasileiro ter entrado desde os anos 1980 em uma crise fiscal que lhe tirou a capacidade de realizar poupança pública. As duas resultaram em diminuição da taxa de investimento e levaram a economia brasileira à quase estagnação.

As baixas taxas de inflação e de juros hoje vigentes não são o resultado de uma política econômica deliberada, mas da recessão de 2014-16, que significou uma queda da renda por habitante de nada menos que 9%. Nos três anos

seguintes, dada a paralisação dos governos Dilma e Temer, a recuperação foi anêmica, o país crescendo apenas 1% em cada um desses três anos. Em 2020, devido ao Covid-19, a previsão do FMI é que a renda por habitante caia outros 7,7%, de forma que no final deste ano os brasileiros terão ficado 17,4% mais pobres do que eram em 2013!

Considerando todo o período de 1980 a 2019, a economia brasileira cresceu a uma ridícula taxa anual de 0,7%, enquanto os países ricos cresciam a uma taxa a 1,5% e os países em desenvolvimento, a uma taxa 3% ao ano, configurando-se, assim, a quase estagnação ou estagnação secular.

A causa direta desse baixíssimo crescimento foi a queda dos investimentos. Estes caíram porque, de um lado, a armadilha dos juros altos e do câmbio apreciado significou perda de competitividade monetária para a economia brasileira, enquanto, de outro lado, a transformação da poupança em des-poupança pública tirou do Estado a capacidade de investir.

Mas podemos ampliar a nossa análise e buscar uma explicação mais geral para essas duas causas econômicas e seus maus resultados. Vejo três causas mais sociopolíticas para o baixo investimento e a quase estagnação da economia brasileira: a alta preferência pelo consumo imediato da sociedade brasileira, o poder político da coalizão financeiro-rentista, e a adoção por ela de um regime de política econômica liberal.

A alta preferência pelo consu-

mo imediato e o poder da coalizão financeiro-rentista se expressaram nesse período em um fato muito simples: um grande aumento da participação do consumo na renda. Tomemos como base os anos 1980, quando a carga tributária era de 22%, a poupança pública, de 4% e o investimento público, de 6% do PIB. Da a transição democrática de 1985 para cá, a carga tributária aumentou em cerca de 12 pontos percentuais para 34% do PIB, a poupança pública caiu 6% do PIB tornando-se negativa em 2% do PIB, e o investimento público caiu para 2% do PIB. Os 6% de diminuição da poupança pública não foram inteiramente consumidos porque ainda houve investimento público de 2%. Somando-se os 4% do PIB de aumento do consumo aos 12% de aumento da carga tributária, o consumo nesse período aumentou 16 pontos percentuais, enquanto o investimento caiu 4 pontos percentuais. Dos 16% de aumento do consumo, cerca de 6% do PIB foram capturados pelos rentistas e financistas sob a forma de juros sobre a dívida pública, enquanto os 10% restantes financiaram os gastos necessários em saúde e em educação.

A terceira causa geral para a quase estagnação brasileira é o liberalismo econômico. Esse é um regime incompatível com o desenvolvimento econômico do Brasil, porque os liberais sobrestimam a capacidade do mercado de coordenar sistemas econômicos. O mercado é uma ótima instituição para coordenar sistemas competitivos, mas há muita coisa não competi-

va em economias capitalistas.

A adoção do liberalismo econômico implica ignorar dois fatores que no Brasil apreciam a taxa de câmbio no longo prazo, e, ao fazerem isto, tornam não competitivas monetariamente as empresas existentes ou potenciais que dispõem ou podem dispor de uma tecnologia competitiva internacional. Em consequência, quando a empresa considera realizar um investimento, ela faz seus cálculos e conclui não poder competir com as importações dos produtos que pretende produzir.

O primeiro desses dois fatores que o liberalismo econômico não considera é o da doença holandesa. O Brasil, mesmo antes de se tornar um exportador de petróleo, já era um grande exportador de *commodities*. Por isso sempre teve como obstáculo para seu crescimento a doença holandesa – o fato que precisa considerar duas taxas de câmbio de equilíbrio: a taxa de câmbio de equilíbrio corrente, determinada pelo mercado e que torna competitivas as exportações de *commodities*, e a ta-

xa de câmbio de equilíbrio industrial, que torna competitivas monetariamente as empresas que já são competitivas do ponto de vista tecnológico se o governo neutralizar a doença holandesa.

Foi o que o Brasil fez durante a sua revolução industrial e capitalista: o Estado impunha uma tarifa na importação de manufaturados que neutralizava a doença holandesa em relação ao mercado interno; e, entre 1967 e 1990, criou um subsídio para a exportação de manufaturados que neutralizou a doença holandesa em relação ao mercado externo. O resultado foi uma industrialização substitutiva de importação acelerada a partir de 1930 e a transformação da economia brasileira em grande exportadora de manufaturados desde 1967.

Em 1990, porém, quando o regime de política econômica se tornou liberal e esses dois mecanismos de neutralização da doença holandesa foram imediatamente desmontados, a tarifa média de importação, que era de 45%, caiu para 12%, e o subsídio à exportação de manufaturados foi extinto.

Isto significou uma grande desvantagem competitiva para as empresas. Apenas uma parte da alta tarifa e do subsídio era protecionismo, a outra garantia a elas condições iguais de competição com as empresas localizadas em outros países.

O segundo fator, talvez mais importante do que a doença holandesa, foi a adoção da política de crescimento com endividamento externo, ou “com poupança externa”, como os economistas liberais do governo FHC (1995-2002) a preferiam chamar. É a política que admite déficits em conta-corrente crônicos (que a teoria econômica convencional denomina “poupança externa” porque esses déficits precisarão ser financiados por capitais externos) porque parte do pressuposto tolo que os influxos de capital financiarão investimentos.

Um simples raciocínio econômico mostra que, ao invés disso, eles financiarão consumo. Enquanto persistir o déficit em conta corrente, as entradas de capitais superarão as saídas no valor desse déficit. Portanto, a oferta de dó-

lares superará a demanda por eles, e a taxa de câmbio se apreciará e se manterá nesse novo “equilíbrio” enquanto o déficit durar. Um equilíbrio que não levará o país necessariamente à crise de balanço de pagamentos (se a taxa de juros for menor do que a taxa de crescimento da economia), mas necessariamente estimulará o consumo e penalizará o investimento privado. Estimulará o consumo porque o poder aquisitivo tanto dos salários dos trabalhadores quanto dos dividendos, juros e aluguéis dos rentistas e financistas aumentará; deprimirá o investimento porque a apreciação de longo prazo da taxa de câmbio tirará competitividade das empresas.

Não resolvidos esses dois problemas que o liberalismo econômico criou, terminada a crise recente, a taxa de juros voltará a aumentar, a moeda nacional voltará a se apreciar, as empresas industriais não serão competitivas e o país continuará a ficar para trás.

* É professor emérito da Fundação Getúlio Vargas.

